

Programa Fora da Curva: As Pautas dos Movimentos Feminista e de Mulheres no Rádio¹

Anna Carlyne Mendes LARANJEIRAS²

Ana Maria da Conceição VELOSO³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O presente artigo pretende analisar como foram abordados temas relacionados aos movimentos de mulheres e feminista em cinco episódios do Programa Fora da Curva, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco e veiculado pelas rádios Universitárias AM e FM. Lança mão da análise de conteúdo e, para interpretação do material, emprega a descrição objetiva, quantitativa e qualitativa. O referencial teórico tem como base principal as produções de Ana Costa (2005), Carmen Silva e Silvia Camurça (2010), Pierre Bourdieu (2012) e Verônica Lima (2012). Constatou-se que o programa é jornalístico, divulga informações acerca dos direitos e do empoderamento feminino e se posiciona de forma complementar à mídia comercial que, por vezes, sonega informações e reproduz a violência simbólica contra a mulher.

Palavras-chave: cidadania; feminismo; movimento de mulheres; programa fora da curva; rádio.

Introdução

O Programa de rádio Fora da Curva propõe analisar de forma crítica os temas em destaque no Brasil relacionados, por exemplo, à política, educação, comportamento e sociedade. Seu gênero é jornalístico informativo e as pautas são construídas com base na discussão de uma agenda midiática que confere visibilidade a temas que normalmente não ganham espaço na mídia comercial de Pernambuco.

O programa é veiculado ao vivo, de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 12h, na Rádio Universitária FM, 99.9 MHz, com retransmissão também pela Universitária AM, 820 KHz. A produção do Fora da Curva é feita por professoras(es) e estudantes do Departamento de Comunicação Social (DECOM) da Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com o núcleo de Rádio e TV Universitária, do departamento

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Estudante de Graduação 2º semestre do Curso de Rádio, TV e Internet da UFPE, email: carol.laranjeiras@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do Departamento de Comunicação da UFPE e pesquisadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE. E-mail: anavelosoufpe@gmail.com.

de Sociologia, da Marco Zero Conteúdo, do Centro de Cultura Luiz Freire, Centro das Mulheres do Cabo, Centro Sabiá e Terral Coletivo.

Desde a sua estreia, em 13 de fevereiro de 2017, até o fechamento deste estudo, dia 28 de março de 2017, foram ao ar 31 episódios do Programa Fora Curva, sendo cinco deles voltados, exclusivamente, para questões que contemplam as demandas das mulheres. O objetivo deste estudo é analisar o tratamento conferido pelo programa às causas apresentadas pelo Movimento de Mulheres e pelo Movimento Feminista em Pernambuco, em sua interface com as bandeiras da luta feminina Brasil e no mundo. As questões técnicas, a narrativa das apresentadoras e das estratégias da produção também serão contempladas nas análises.

Com a fundação da Rádio Clube de Pernambuco, em 1919, e a da Rádio Jornal do Commercio, em 1948, Recife passou a contar com duas grandes lideranças radiofônicas no estado (TELES, 2012). De lá para cá, o rádio mantém sua característica de aproximação com a audiência, de veículo de baixo custo, de mobilidade e de agilidade na promoção de informações locais. Segundo Isaltina Gomes apud Karoline Silva (2014), os anos de 1970 marcam a entrada das FMs na radiodifusão de Pernambuco. As rádios locais da época retransmitiam os noticiários nacionais, desperdiçando a possibilidade de ocupar a programação com informações do estado. Nesse contexto, o critério de seleção de notícias das rádios pernambucanas estava pautado no grau de impacto e no sensacionalismo. Ainda segundo Isaltina, Recife, até 1986, contava com 14 emissoras de rádio, sendo sete AMs e sete FMs. Em 2009, uma pesquisa da ANATEL apontou que, em Pernambuco, existem 70 rádios comerciais FM e 41 AMs⁴.

Em 2007, a radiodifusão pública foi regulamentada no Brasil, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. A principal característica que define o caráter público de uma emissora é a gestão compartilhada e discutida com a sociedade, representada por um conselho curador. Faz-se importante esclarecer que o sistema público, mesmo recebendo recursos do Estado, é autônomo. A radiodifusão pública não é estatal e nem responde aos anseios da iniciativa privada (LIMA, 2012).

Segundo informação no site da Revista Continente, a Associação das Rádios Públicas no Brasil (ARPUB) define as emissoras públicas por:

⁴ Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/index.php/dados-do-setor/estatisticas/radiodifusao-licencas-e-outorgas>. Acesso em: 29 abr. 2017.

aquelas mantidas com recursos de governo (federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias. São rádios de sinal aberto que atingem uma cidade, uma região metropolitana, ou um estado, algumas estão com seu sinal no satélite e trabalham com um corpo de colaboradores composto por jornalistas, radialistas e administrativos.⁵

A comunicação pública traz a relevância e a concretização de ações efetivas, considerando as diversidades e minimizando a concentração de poder da mídia comercial/corporativa (SILVA, 2009). O direito à comunicação e o direito a formação social ética e esclarecida são desenvolvidos à margem dessa lógica concentrada da mídia corporativa, que esquematiza suas pautas de acordo com os anseios do capital. A comunicação pública, como um bem coletivo, deve garantir à sociedade o direito aos debates sobre temas de interesse de todos, como a democracia, a educação e os direitos humanos, por exemplo.

Nesse contexto, as rádios Universitárias AM e FM, integradas ao Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias da UFPE, são rádios públicas ligadas à Associação das Rádios Públicas do Brasil, e o Fora da Curva está inserido na programação semanal das Universitárias. O posicionamento editorial do programa funciona como contrapoder prestador de serviço diante da alta concentração dos meios de comunicação no campo privado em grupos corporativos que ocupam a maior parte dos espaços de mídia no Estado. Dessa forma, opera na contramão da mídia corporativa, que detém o poder sobre o que e como será pautado, podendo incluir somente os temas que lhe convém, e descartar o que pode vir a contestá-la. Sendo assim, o Fora da Curva desenvolve um trabalho ancorado à lógica de uma rádio pública. Para Pedrinho Guareschi:

a democracia implica a soberania popular e a distribuição equitativa dos poderes. Os meios de comunicação fazem parte desses poderes. Para que haja democracia numa sociedade é necessário que haja democracia também no exercício do poder de comunicar (GUARESCHI, 2007, p. 12).

O conteúdo analisado, com o recorte específico para cinco edições do Programa, respeitando as fases da pré-análise, a exploração do material coletado e o tratamento dos dados, procurou checar como as (os) organizadoras (os) do programa apresentam as informações sobre o Movimento Feminista e o Movimento das Mulheres para as(os) ouvintes.

⁵Disponível em: <http://www.revistacontinente.com.br/secoes/954-revista/especial-mimo/12230-radios-publicas-podem-ser-contraponto-a-praticas-predatorias.html> Acesso em: 30 abr. 2017.

Para o delineamento da pesquisa descritiva, foi adotado o procedimento de estudo de caso que “privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para a análise de um fenômeno” (GONSALVES, 2011, p, 69). Quanto ao procedimento de coleta e fontes de informação, o trabalho recorre às pesquisas bibliográfica e documental, com a audição e transcrição dos cinco programas analisados, serviram de base para a construção deste artigo. Os programas analisados foram: *A cultura do estupro existe. E o que você tem a ver com isso?*, dia 06 de março de 2017; *Como a reforma da previdência afeta as mulheres?*, dia 07 de março de 2017; *Por que as mulheres pararam hoje?*, 08 de março de 2017; *Como se defender da violência ginecológica e obstétrica?*, dia 20 de março de 2017; e *Por que tantas mulheres assassinadas em Pernambuco?*, dia 28 de março de 2017.

A metodologia desse estudo se enquadra na categoria de análise de conteúdo. Segundo Berelson apud Gil (2008), essa é uma técnica de investigação realizada por meio da descrição objetiva, sistemática, quantitativa e qualitativa dos conteúdos manifestados nos meios de comunicação, com a finalidade interpretativa do material coletado. Sobretudo, a análise de conteúdo “refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria)” (GIL, 2008, p. 153).

Foi realizada, ainda, a revisão da literatura, tomando como principais autoras(es) escolhidas(dos) para o aporte teórico: Ana Alice Alcântara Costa (2005), para referenciar dados acerca da atuação do Movimento Feminista no Brasil, Carmen Silva e Silvia Camurça (2010), para coletar dados sobre o Movimento de Mulheres, Pedrinho Guareschi (2007) para a definição de comunicação democrática, Pierre Bourdieu (2012) para conceituação de violência simbólica e da ARPUB, para definição de comunicação pública, modelo no qual a rádio Universitária está inserido.

Faz-se importante demarcar a diferença entre Movimento de Mulheres e o Feminista para sistematizar a análise. Antes de tudo, segundo Maria da Glória Gohn (2006), os movimentos sociais são ações coletivas, alicerçadas no descontentamento individual e psicológico, de um determinado grupo. Por meio de embates políticos e de discussões públicas, essas mobilizações desejam efetivar mudanças sociais democráticas para o bem comum.

Ainda moderno, o feminismo, enquanto movimento social, desabrocha à luz da Revolução Francesa e das ideias iluministas. A priori, toma corpo em torno das

demandas por direitos sociais e políticos. Milhares de mulheres se mobilizaram em diversos países europeus e americanos, e, em seguida, em países latino-americanos, tendo seu auge na luta pelo sufrágio (COSTA, 2005). Para Carmen Silva e Silvia Camurça (2010), o Movimento Feminista compreende tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres, sendo uma teoria que propõe a igualdade, luta por direitos e justiça. Essa pauta confronta o sistema de dominação, exploração e opressão.

O feminismo é um movimento plural, dentro do qual convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes ‘expressões’, entre outras, o feminismo negro; o feminismo lésbico; o feminismo sindical; o feminismo indígena; o feminismo popular, o feminismo acadêmico. Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 12).

Segundo Joan Scott (1989, p. 3), “as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”. A autora corrobora, ainda, dizendo que contextualizar o feminismo e a construção social que o engloba é determinante para a compreensão da sua identidade comum e para a ação política nas sociedades patriarcais. A corrente teórica feminista diz que o patriarcado concentra sua atenção na subordinação das mulheres sob a justificativa que o macho necessita dominar as mulheres. Já para Pierre Bourdieu (2012), os valores patriarcais são marcados por um antifeminismo profundo que tolhe a postura feminina, julgando a decência e os trajes, reproduzindo uma visão inferiorizada às mulheres e à feminilidade.

Atualmente, a relação empática entre as mulheres do Movimento Feminista, a sororidade, vai além das questões que envolvem unilateralmente as mulheres. Femicídio, cultura do estupro, culpabilização da vítima, racismo, discriminação das mulheres-trans, reprodução do machismo na mídia corporativa e sexismo são causas que o Movimento Feminista vem trabalhando mais intensamente ao longo dos últimos vinte anos.

O Movimento de Mulheres, por sua vez, discute os princípios organizacionais, relacionados à luta contra a desigualdade de gênero, a exploração e a opressão das mulheres, formulados a partir pelo feminismo, para criar uma teoria social e um projeto político de forma crítica. Apropriada desses elementos, a mobilização contribui com novas reflexões e experiências (SILVA; CAMURÇA, 2010).

Sempre partindo do tema central ‘feminismo’ e movimento das mulheres, este estudo pretende analisar como cada episódio do Fora da Curva apresentou a temática, considerou seu significado, seus motes e seus novos enfrentamentos. Cada exibição, entretanto, busca discutir um aspecto relacionado a essas lutas. Nesse sentido, será preponderante perceber como esses aspectos são tratados pelo programa.

1. Programa Fora da Curva

1.1 Ações transmídias

Simultaneamente à exibição via ondas eletromagnéticas pelos 99.9 FM e 820 AM, as produções são transmitidas, ao vivo, via streaming na página da Rádio Universitária FM e repostada pela página do Programa Fora da Curva no Facebook. O conteúdo também é arquivado como *podcast* no site Mixcloud. O programa investe em estratégias transmídias que, por sua vez, implementam uma “produção multiplataforma orientada pela complementaridade entre os distintos conteúdos distribuídos nas plataformas e pela busca estratégica de participação dos receptores.” (YVANA; RÊGO, 2017, p. 3).

Durante a transmissão do programa, outras redes sociais são alimentadas com ações transmídia: *posts* e *stories* no Instagram, além de reprodução de frases ditas pelas (os) entrevistadas (os) no Twitter. Vídeos são lançados na página do Facebook do programa para responder perguntas da audiência que não foram contempladas no ar, que também são utilizados para alimentar o canal do YouTube por meio de uma playlist dividida em três categorias: #ProgramaForaDaCurva (vídeos gravados dos episódios), #AlémDoForaDaCurva (com depoimentos dos convidados) e #ProgramaForaDaCurvaTransmídia (vídeos produzidos por estudantes de comunicação da UFPE com temáticas afins aos do programa). Segundo Yvana Fachine (2012, p.75):

trata-se, como vimos, de desenvolver narrativas secundárias que se desdobram, aprofundam ou estendem eventos, situações, personagens vinculados às ações da narrativa principal, podendo ser acessadas ou não pelo usuário das mídias implicadas.

Atualmente, a página do Facebook do Programa tem 2.164 curtidas e as visualizações dos vídeos gravados por streaming somam mais de 100 mil *views*. São 93 seguidores no Twitter, 340 no Instagram e 96 inscrições no canal do YouTube. O último programa exibido, no dia 28/04/2016, antes do fechamento deste artigo, teve 18 mil visualizações no Facebook.

1.2 A cultura do estupro existe. E o que você tem com isso?

O primeiro programa analisado foi ao ar no dia 06 de março e trouxe o tema *A cultura do estupro existe. E o que você tem a ver com isso?*. Ao incluir a população na pergunta, a edição convida a cada cidadã e cidadão a perceber e a procurar sua responsabilidade na naturalização do machismo e da misoginia em atitudes cotidianas. A repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres são características da misoginia e a aversão ao sexo feminino tem relação direta com a violência praticada contra a mulher.

A proposta foi fazer uma imersão na raiz do problema e explicar desde o significado da cultura do estupro até como as relações sociais orientam a educação doméstica de muitas crianças no Brasil. As diversas formas de manifestação da cultura do estupro, já que elas não se restringem à violência sexual, foram explicitadas no programa a fim de desconstruir conceitos machistas arraigados na sociedade. Segundo o Centro de Mulheres da Universidade de Marshall, nos Estados Unidos (2017):

a cultura do estupro é um ambiente onde a violação é predominante e onde a violência sexual contra as mulheres é normalizada e silenciada na mídia e na cultura popular. A cultura de estupro é perpetuada através do uso da linguagem misógina, da objetificação dos corpos das mulheres e da glamorização da violência sexual, criando, assim, uma sociedade que ignora os direitos e a segurança das mulheres. (...) É assim que o estupro funciona, como um poderoso meio pelo qual toda a população feminina é mantida em posição subordinada à população masculina, apesar de muitos homens não cometerem estupro, e muitas mulheres nunca terem sido vítimas dessa violação. Esse ciclo de medo é o legado da cultura do estupro. (Tradução minha⁶)

O programa trouxe Paty Sampaio, subcoordenadora da Secretaria da Mulher em Pernambuco, feminista e especialista em gênero, desenvolvimento e políticas públicas, que alertou: a introjeção das violências simbólicas na sociedade e, principalmente, no ambiente familiar, ajudam a alimentar essa cultura de opressão.

Para Pierre Bourdieu (2012), a violência simbólica é praticada de forma suave, insensível e invisível às suas vítimas. Ela é reproduzida nos meios de comunicação e nas ações sociais cotidianas para reafirmar relações de poder. No caso das sociedades patriarcais, ele entende que a dominação masculina concede a primazia universal aos

⁶ Rape Culture is an environment in which rape is prevalent and in which sexual violence against women is normalized and excused in the media and popular culture. Rape culture is perpetuated through the use of misogynistic language, the objectification of women's bodies, and the glamorization of sexual violence, thereby creating a society that disregards women's rights and safety.(...) That's how rape functions as a powerful means by which the whole female population is held in a subordinate position to the whole male population, even though many men don't rape, and many women are never victims of rape. This cycle of fear is the legacy of Rape Culture. Disponível em: <<https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/>> Acesso em: 27 abr. 2017

homens das atividades produtivas e reprodutivas, baseada numa divisão sexual, biológica e social do trabalho e complementa dizendo que os habitus: “funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais” (BOURDIEU, 2012, p. 45).

A segunda convidada, a jornalista Nataly Queiroz, refletiu o tratamento da imprensa a respeito da cultura do estupro. Ela denunciou a desumanização, a falta de postura combativa e a pouca de reflexão que compõem as redações jornalísticas comerciais, que trabalham como uma caixa de ressonância do senso comum, colaborando na naturalização dessa violência.

O programa abordou, ainda, a urgência de um esforço coletivo da sociedade para que haja uma redução dos altos números da violência. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS), em 2015, foram 248 mulheres assassinadas e, de janeiro a agosto de 2016, cerca de 1000 mulheres foram vítimas de estupro no estado (MELO, 2016, sp).

Quem mediou o programa foi a professora do DECOM da UFPE, Adriana Santana. Ela citou situações que exemplificam o quão arraigada a violência está na sociedade. O posicionamento de Adriana a coloca como âncora, pois há interação com os fatos e há disposição opinativa. A música ‘Maria da Vila Matilde’, com temática sobre violência contra a mulher, interpretada por Elza Soares, é usada como prólogo do episódio que traz, ainda, as pautas voltadas para as mulheres na semana do 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

1.3 Como a reforma da previdência afeta as mulheres?

O segundo programa analisado, do dia 07 de março, abordou o tema *Como a reforma da previdência afeta as mulheres?*. O jornalista convidado, Sérgio Miguel, da Marco Zero Conteúdo, esteve no estúdio para avaliar como a mídia corporativa tem noticiado o impacto que a reforma da previdência vai trazer às mulheres. Ele comentou que os veículos que reportam essa informação o fazem de maneira fragmentada e pouco aprofundada, sem expor as verdadeiras perdas que ameaçam as trabalhadoras.

Já a convidada Verônica Ferreira do SOS Corpo (Instituto Feminista pela Democracia) defendeu que a previdência é um sistema de proteção social e como a retirada de direitos, com a aprovação dessa reforma, podem prejudicar o acesso à

assistência, sobretudo às mulheres. Ela também analisou que as regras atuais e a falta de políticas públicas mais contundentes já precarizam a mão-de-obra feminina. Avaliou ainda que, com a reforma da previdência, os patamares de desigualdade entre homens e mulheres vão sofrer um profundo aumento, sobretudo quando a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado e no trabalho produtivo é precarizada.

Verônica problematizou a situação das trabalhadoras rurais que trabalham sob o sol, em condições insalubres, e tiveram o seu contexto de trabalho desconsiderado. Pelo telefone, a membro do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Verônica Santana, enfatizou as consequências que o projeto do governo poderá acarretar sobre a autonomia econômica da mulher e a novas condições de aposentadoria.

Manina Aguiar, no dia 07 de março, conduziu a mediação do episódio. Ela assumiu a postura de apresentadora entremeando a conversa para o campo analítico sobre prospecções de como ficará a vida da mulher caso a reforma da previdência seja aprovada e como a mídia corporativa noticia esse fato. Uma prospecção da situação das mulheres diante de uma reforma foi debatida pelas entrevistas e pela apresentadora. Porém, as demandas da luta das mulheres só receberam atenção específica ao final do programa, quando a convidada Verônica conclamou as ouvintes para participarem da marcha das mulheres, no dia 8 de março, e elencou alguns motes do movimento de mulheres, mas sem especificá-los claramente.

1.4 Por que as mulheres pararam hoje?

O terceiro programa analisado trouxe o tema *Por que as mulheres pararam hoje?* e foi veiculado no dia 08 de março, data que é celebrado o dia internacional da mulher. A pauta central do programa teve como objetivo atualizar as (os) ouvintes sobre as mobilizações de 2017, quando ocorreu uma greve internacional das mulheres.

Para esclarecer à população sobre as razões dos atos políticos, o Fora da Curva recebeu Silvia Camurça, da Articulação das Mulheres Brasileiras e do SOS Corpo, e Cecília Nascimento, da Marcha das Vadias. Ambas trataram sobre a necessidade da articulação dos movimentos de mulheres e feminista para a conquista de direitos, de igualdade de gênero e de espaços na sociedade.

Silvia Camurça explicou a organização do movimento em torno de eixos de lutas permanentes para a transformação da vida das mulheres. Para ela, o feminismo é anticapitalista, antirracista e anti-patriarcal. Já Cecília Nascimento esclareceu o

significado da Marcha das Vadias e a principal reivindicação do movimento feminista: o fim da cultura do estupro e a não culpabilização da vítima em casos de violência contra a mulher.

Paula Reis, professora do Departamento de Comunicação da UFPE, mediou o programa. Classificada como âncora, ela direcionou o debate para uma série de esclarecimentos acerca das pautas, reivindicações, demandas e motes das articulações dos movimentos feministas e de mulheres atualmente e, eventualmente, emitiu suas opiniões.

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) foram apresentados para mostrar que, entre 1995 e 2015, as mulheres, sobretudo as negras, sofreram bastante com a desigualdade na remuneração. Para Silvia Camurça, essa pesquisa revela uma ferida estrutural da sociedade: como a falta de políticas públicas de inserção, desde o fim da escravidão, relegou as mulheres negras à margem de uma sociedade patriarcal e elitista, submetendo-as a péssimas condições de trabalho e dignidade. Tanto Silvia, quanto Cecília conclamaram as ouvintes a participarem dos atos públicos realizados no dia 08 de março.

1.5 Como se defender da violência ginecológica e obstétrica?

“Não moverás do corpo um pelo”. Esse trecho da música *Selvática*, da cantora e compositora baiana Karina Buhr, deu início ao programa *Como se defender da violência ginecológica e obstétrica?* que tratou do conjunto de desrespeito e negligência à saúde da mulher, da gestante e da parturiente.

O programa trouxe a definição de violência obstétrica e ginecológica que, segundo a Defensoria Pública de São Paulo, é a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres. Essa má apropriação se dá pelos profissionais de saúde por meio de tratamento desumanizado, por excesso de medicação e pela patologização do parto (as cesarianas ou partos científicos). Tal violação interfere negativamente na autonomia do corpo e na sexualidade da mulher. Ainda de acordo com o MP de São Paulo, essa é a área médica com o maior número de infrações no mundo.

A convidada Sheila Costa, enfermeira obstetra que trabalha para que as mulheres tenham acesso à saúde pública com qualidade, falou como a violência ginecológica e obstétrica faz intervenções não baseadas em evidências científicas, que são também desnecessárias ao corpo da mulher. Pontuou que as violências física, verbal, sexual e

psicológica englobam esse tipo de violação. A médica ginecologista e obstetra, Leila Katz, outra fonte do programa, comentou que essa postura naturalizada dos profissionais de saúde é derivada de uma má formação médica, que sobrepõe a autoridade clínica em detrimento do protagonismo da mulher. Leila alertou, ainda, que a maior parte das práticas abusivas é simbólica, não perceptível às vítimas. A falta de empatia dos profissionais de saúde diante da dor da gestante ou da parturiente também foi abordada no programa. Para ela, a dor do parto, muitas vezes, é tratada como simbólico-religiosa para punição da mulher e não como processo fisiológico.

No estúdio, Samarone Lima, jornalista da Marco Zero Conteúdo, trouxe informações sobre como a mídia pernambucana reporta essa problemática. Ele constatou que não há espaço nos grandes veículos para essa discussão. A médica Leila Katz creditou esse silenciamento a um corte de gênero como uma das razões para essa falta de informação. Para ela, o machismo exerce uma forte influência no setor da comunicação.

A professora Adriana Santana mediou o debate trazendo, no início, sugestões de leituras e conceitos acerca do tema. Atuando como âncora, procurou traduzir os verbetes médicos às(aos) ouvintes e leu perguntas das(os) internautas. Em depoimento gravado, uma mulher relatou um caso de infração bioética no momento do seu parto o que foi mote para Adriana e as convidadas também divulgaram os canais de denúncia. Por telefone, a doula Paty Sampaio comentou como as mulheres devem se defender nos casos de violência obstétrica e ginecológica.

1.6 Por que tantas mulheres assassinadas em Pernambuco?

O quinto programa analisado, por sua vez, teve o tema *Por que tantas mulheres são assassinadas em Pernambuco?*. O episódio, do dia 28 de março, enquadrou o tema feminicídio como pauta central da edição. A primeira intenção do programa foi de fazer uma leitura crítica da mídia comercial pernambucana e brasileira para interligar outros fatores às questões de gênero, ao movimento feminista e ao machismo naturalizado nas instituições.

Participou do programa o jornalista Sérgio Miguel, do Marco Zero Conteúdo, que fez uma análise de como o feminicídio vem sendo apresentado na mídia. Também no estúdio, a educadora social e especialista em direitos humanos, Isabel Santos, do Centro das Mulheres do Cabo (CMC), elencou os tipos de violência contra as mulheres.

Sérgio constatou a sonegação do termo feminicídio nas manchetes de jornal. Para o jornalista, as coisas precisam ser ditas para que possam existir, serem problematizadas, combatidas e prevenidas. A construção de valores determinada pela mídia corporativa acaba incutindo nos receptores uma espécie de *status quo* que reforça a violência simbólica contra a mulher. Segundo Mikhail Bakhtin (1999, p. 113), “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, logo, se a mídia não cria uma atmosfera de empatia diante dessa problemática, as pessoas não têm como se identificar, dificultando o enfrentamento de um problema social.

Para Pedrinho Guareschi (2007), um fato social passa a ter relevância, existência ou, até mesmo, obsolescência, sociologicamente falando, se ele for midiaticizado (ou não). Direcionando o foco para a o uso do termo na mídia, Prado e Sanematsu (2017, p. 9) produzem que:

o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero recebeu uma designação própria: feminicídio. No Brasil, é também um crime hediondo desde 2015. Nomear e definir o problema é um passo importante, mas para coibir os assassinatos femininos é fundamental conhecer suas características e, assim, implementar ações efetivas de prevenção.

Tal postura adotada pela mídia corporativa - a omissão recorrente do uso dos termos precisos e a falta de abertura para um debate profundo a respeito do assunto, para citar apenas alguns exemplos - colabora para o machismo naturalizado e a culpabilização da vítima. A matéria da revista *Veja* intitulada *Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'*, veiculada em abril de 2016, foi trazida para o debate para ilustrar um modelo de mulher que a mídia corporativa insiste em propagar. A retirada do protagonismo de Marcela e a imposição de padrões estéticos e sociais à mulher são traços do ethos adotado por parte dos grupos de mídia brasileiros a fim de recrutar sistemas de representações dominantes. Segundo Ana Veloso et al. (2017), a matéria da *Veja* reforça estereótipos da maternidade e da beleza feminina, escancarando duas problemáticas centrais na relação mulher e mídia: “a necessidade de evidenciar aspectos que reeditem modelos femininos consagrados pelo patriarcado” e o mito da maternidade compulsória, “uma sina comum para todas as mulheres, da qual, ‘naturalmente’, Marcela Temer não poderia abdicar.” (VELOSO; CARDOSO; VASCONCELOS, 2017, p. 8)

Em depoimento gravado, a Mestre em Psicologia Bianca Rocha, diretora geral de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher da Secretaria da Mulher de Pernambuco, falou sobre os homicídios de mulheres no Estado de Pernambuco.

Entrevistada por telefone, a vice-presidente da Associação de Delegados de Polícia de Pernambuco, Silvana Lelis, admitiu o crescimento dos índices de violência em todo estado, mas generalizou e não contabilizou, especificamente, os feminicídios no estado.

As ideias que se destacaram no debate foram medidas preventivas a fim de minimizar ou até mesmo sanar o feminicídio, como: políticas públicas, redes de enfrentamento, delegacias especializadas e instâncias jurídicas voltadas às demandas das mulheres. Outro tema abordado foi a importância do engajamento da mídia e da sociedade civil no combate a esse crime. Debates sobre desigualdades de gênero nas escolas, em associações de bairro e em igrejas são sugestões da convidada Isabel Santos para que a violência simbólica seja descortinada.

No início do programa, a apresentadora Manina Aguiar apresentou dados sobre o aumento dos assassinatos de mulheres negras em Pernambuco. Entretanto, essa informação não foi desenvolvida ao longo da pauta e acarretou no não debate sobre o feminicídio de mulheres negras, que levaria para a discussão a respeito do racismo e das demandas do feminismo negro no estado.

Conclusão

A divulgação de informações qualificadas acerca dos direitos das mulheres, do empoderamento feminino e da violência simbólica está presente em todas as edições analisadas. O Fora da Curva, com isso, vai de encontro às práticas adotadas por parte dos programas veiculados pela mídia comercial pernambucana, de modo que discute as questões de gênero sem reforçar a reprodução de estereótipos que colocam as mulheres em posição de subalternidade no campo social.

Perceber a existência de um sistema que domina e diminui as mulheres por sua condição de gênero é um caminho fundamental para ceifar seus mecanismos. Dessa forma, ao conferir voz para mulheres organizadas nas lutas feministas, pesquisadoras, gestoras públicas e ao produzir análises acerca do papel dos meios de comunicação, o programa problematiza a assimetria entre os gêneros e oferece ao público dados sobre o funcionamento de políticas públicas e serviços que visam garantir os direitos humanos femininos.

Em uma sociedade que não percebe o contexto no qual a violência contra a mulher se estabelece como onipresente e naturalizada e que, justamente por conta disso, ignora o quanto pode ser cúmplice da reprodução de tal fenômeno, precisa que

diariamente haja uma descortinação de conceitos machistas arraigados. Com isso, pretende-se que a violência simbólica, conceituada por Bourdieu (2012), seja percebida, para que a sociedade machista e patriarcal assuma a postura de corresponsável pela violência e adquira uma conscientização crítica acerca dessa problemática.

Dessa forma, o Programa Fora da Curva, veiculado em uma mídia pública, colabora com a construção horizontalizada dos gêneros e demonstra postura progressista no tratamento dos temas debatidos, respeitando a opinião pública e oferecendo uma crítica fundamentada em pesquisas e estudos acadêmicos, mas também apoiada pela disseminação de uma pluralidade de vozes e pontos de vista de diversos sujeitos coletivos em suas edições.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Niterói: Revista Gênero, 2005. p. 9-35. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c73631215.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2017.

FECHINE, Yvana. Transmídiação, entre o lúdico e o narrativo. 69-83. In: RENÓ, D., GOSCIOLA, V., CAMPALANS, C. (orgs.). **Narrativas transmédias: entre teorias y prácticas**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2012.

FECHINE, Yvana; RÊGO, Sofia Costa. **Estratégias transmídias e construção do éthos do telejornal**: o caso da record news. São Paulo: Faculdade Casper Líbero, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação científica**. Campinas: Editora Alínea. 5ª edição, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia**: o quarto versus o quinto poder. Porto Alegre: Revista Debates, 2007. P. 6-25. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2505>> Acesso em: 08 abr. 2017.

LIMA, Verônica. **Rádios e TVs Públicas**: o que é comunicação pública? Câmara dos deputados, 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/414025-RADIOS-E-TVS-PUBLICAS-O-QUE-E-COMUNICACAO-PUBLICA-BLOCO-1.html>> Acesso em: 26 abr. 2017.

MELO, Ana Paula Lopes. **Violência Contra as Mulheres em Pernambuco**: Nota crítica para o 25 de novembro de 2016 - dia internacional de luta pelo fim da violência contra as mulheres. Recife: SOS Corpo, 2016. Disponível em: <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/SOS-CORPO-Nota-cr%C3%ADtica_25nov16.pdf> Acesso em: 30 abr 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. 23-25 IN.: Knauth, D. R. et al. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2005

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. (ORGs). **Feminicídio**: invisibilidade mata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf> Acesso em: 06 abril 2017.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Sistema público de comunicação na Venezuela. In.: **Sistemas públicos de comunicação do mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>> Acesso em: 08 abr 2017.

SILVA, Karoline Maria Fernandes da Costa e. **A construção da notícia o rádio e as novas rotinas produtivas**: um estudo de caso da rádio Jornal do Comercio de Pernambuco. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Comunicação. Recife: O Autor, 2014.

TELES, José. **Do frevo ao manguebeat**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

VELOSO, Ana M. C.; VASCONCELOS, Fabíola M. de; FERREIRA, Laís. **As duas faces do sexismo na mídia**: como Marcela Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela *Veja e IstoÉ*. Palmas: Revista do Observatório, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3133/9579>> Acesso em: 30 abr. 2017.